IMPRESSO

Petróleo & Política

Ano 1 nº 18
Junho de 2000

Informativo da Associação dos Engenheiros da Petrobras -AEPET

Venda de Ações - Senador denuncia a privatização camuflada da Petrobrás

"Não vejo sentido algum na venda de ações de uma empresa fadada a ter lucros maiores ainda do que os dois bilhões que apresentou no último trimestre e não entendo porque se deve pulverizar tais rendimentos". O desabafo foi feito pelo Senador Álvaro Dias, no plenário do Senado, no último dia 15 de junho, ao insistir com os demais parlamentares na necessidade de se proibir a venda pelo governo de 31,7% das ações ordinárias em poder da União. Álvaro Dias, PSDB/PR, voltou a apelar ao governo para que suspenda a operação, que classificou de "privatização camuflada". A AEPET encaminhou a todos os senadores um estudo que demonstra, através de números, que a venda das ações da Petrobrás representa uma forma de "gestão temerária do patrimônio Público" pelo governo FHC, com prejuízos à empresa e ao país. O trabalho da AEPET joga por terra o argumento do governo de que a venda das ações é necessária para reduzir os juros da dívida interna. Desde o início do governo FHC, a dívida interna do país saltou de 15% para 52% do PIB.

O argumento do governo de que a venda das ações da Petrobrás ajudaria a reduzir os juros da divida interna é mera falácia. A dívida, hoje, chega a R$ 540 bilhões, cerca de 52% do PIB do país."

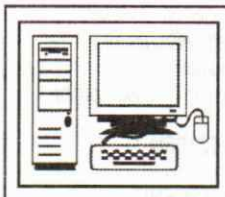
Iraque

Ação do Estado garante a reconstrução do país

- A principal providência do governo iraquiano, após a Guerra do Golfo, em 1992, foi ampliar o setor público para assegurar a prestação de serviços e proteção à população. A informação é da Chefe do Departamento de Economia da Casa dos Sábios, Amal Shelesh, que esteve no Brasil, no final de maio, a convite do Instituto do Trabalho Dante Pelacani (ITDP) e da AEPET. Amal participou do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, onde proferiu palestra sobre o tema "Iraque: A Reconstrução Econômica sob Bloqueio".

A representante da Casa dos Sábios do Iraque (instituição com 1.200 anos e "status" ministerial) expôs as dificuldades do povo iraquiano, diante das agressões cometidas pelos atuais gerentes do mundo. "O bloqueio comercial nos é imposto porque o Iraque, mesmo sendo um pequeno país, é estratégico por deter a segunda maior reserva de petróleo no mundo".

Amal lembrou o formidável desenvolvimento com a nacionalização do petróleo iraquiano, nos anos 60, e a brutal queda do nível de vida da população, entre o início dos anos 80 (quando a renda per capita anual era de US$ 3.300) e o início da década de 90. "Após o violento bombardeio, que custou vidas de civis e quase toda a infra-estrutura do país, e o bloqueio comercial imposto pela ONU, o Iraque perdeu 60% de seu PIB, e a renda per capita caiu para US$ 517". "A intenção anunciada era levar o Iraque de volta à era pré-industrial" – denunciou.



@epetsite

A AEPET lançou uma campanha, através de sua página na Internet, destinada a colher apoio de todas as esferas da sociedade brasileira contra o desmonte da Petrobrás ou a privatização da companhia. Diversas entidades têm manifestado apoio integral à iniciativa da entidade, especialmente contra a venda de 31,7% das ações ordinárias em poder da União. Até agora, o Rio Grande do Sul foi o estado que mais se manifestou. Mais detalhes na página: **www.aepet.org.br**

MEMÓRIA



Na década de 70, diversas multinacionais estudaram o subsolo brasileiro, como participantes dos contratos de risco do governo Geisel. Contudo, a nova Lei que acabou com o monopólio estatal do petróleo, em 1997, não previu que elas deveriam entregar esses estudos à Agência Nacional do Petróleo. Só a Petrobrás tem essa obrigação.

(do livro "O Brasil Privatizado", do Jornalista Aloysio Biondi)

Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Avenida Nilo Peçanha, 50/ 2409. CEP: 20044-900
Rio de Janeiro/RJ.
Tel: (021) 533-1110
Fax: (021) 533-2134

Endereço Eletrônico:
aepet2@ax.apc.org
Home Page:
http://www.aepet.org.br

DIRETORIA

PRESIDENTE
Fernando Leite Siqueira

VICE-PRESIDENTE
Diomedes Cesário da Silva

PATRIMÔNIO
Heitor Manoel Pereira

VICE-DIRETOR DE PATRIMÔNIO
João Roberto Neves

COMUNICAÇÕES
José Conrado de Souza

VICE-DIRETOR DE COMUNICAÇÕES
Argemiro Pertence Neto

PESSOAL
Luiz de Campos Herdy Silva

VICE-DIRETOR DE PESSOAL
Sérgio Queiroz Lyra

CULTURAL
Paulo Sérgio Decnop Coelho

VICE-DIRETOR CULTURAL
Marcelo Salles

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: Ricardo Maranhão, Pedro Francisco de Almeida Castilho e Sydney Reis Santos

SUPLENTES: Nelson Camanho da Costa Filho, Elie Abadie e Gerson Nakano

Petróleo & Política
Editado pela Assessoria de Comunicação Social
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Carlos Emiliano Eleutério
MTB: 12.524/RJ
REPROGRAFIA:
Márcio Delmiro

VENDA DE AÇÕES

Operação impõe prejuízo à Petrobrás e ao País

Governo FHC elevou a dívida interna a 50% do P e quer pagar a conta com o patrimônio público

A AEPET encaminhou a todos os senadores da República, em Brasília, uma cópia do estudo divulgado no último dia 25 de maio, demonstrando que a venda de 31,7% das ações ordinárias da Petrobrás em poder da União por R$ 8 bilhões é uma forma "temerária de gestão do patrimônio público", que vai gerar sérios prejuízos ao país e à própria empresa, "além de não chegar sequer 'a fazer cócegas' na dívida interna do governo.

Após receber o trabalho, o senador Álvaro Dias, autor do projeto proibindo a venda das ações que foi rejeitado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, no último dia 23/05, entrou em contato com a AEPET para obter mais informações e propor um trabalho conjunto para tentar reverter a situação no plenário da casa ou, até mesmo, através da justiça. O estudo foi desenvolvido com objetivo de alertar os parlamentares quanto à "grosseira manipulação" do governo para justificar a venda de 1/3 das ações da Empresa.

Segundo a diretoria da AEPET, tanto os parlamentares quanto a população precisam ser conscien-tizados, através de números, de que o argumento da redução do déficit público, utilizado para justificar a operação, tem por único objetivo encobrir o início do processo de transferência do controle acionário da empresa para multinacionais do setor.



Embora seja do mesmo partido de FHC (PSDB), o Senador Álvaro Dias luta contra a venda dos 37,1% das ações em poder da União. Para ele, a operação significa para o país perder uma fatia muito grande de poder na empresa.

Gestão Temerária

"É bom negócio o Governo vender 31,7% das ações ordinárias da Petrobrás?", questiona o estudo elaborado pela entidade, lembrando o argumento do Senador Álvaro Dias, ao afirmar que a venda das ações significa para o Governo perder uma fatia muito grande de poder na Petrobrás e que é muito perigoso o Governo manter apenas 50% das ações ordinárias, mais uma ação.

Através de números concretos, o trabalho mostra que, em 1999, até o 3º trimestre, a Petrobrás apresentava prejuízo de R$ 1,5 bilhão. O espetacular lucro do 4º trimestre anulou o prejuízo e a empresa apresentou, em seu balanço

"A venda de 31,7% das ações ordinárias da Petrob significa para o pa abrir mão de 18,1% do lucro projetado de R$ 10 bilhões e 166 bilhõ referente reserva d 17 bilhõe barris."

de 1999, lucro de R$ 1,7 bilhão. E mais, o lucro do 1º trimestre de 2000, de R$ 2,29 bilhões, confirmou a performance do 4º trimestre de 1999. Mantida essa tendência, é possível estimar o lucro de 2000 em R$ 10 bilhões, principalmente porque os lucros do 2º e 3º trimestre são maiores, devido às maiores demandas de derivados de petróleo em relação à do 1º trimestre. E esse lucro será crescente com o aumento da produção de petróleo e do mercado de derivados de petróleo, ao longo dos anos.

O próprio diretor presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylberstajn, admitiu publicamente à imprensa, no dia 25 de maio, ao ser homenageado na sede da Firjan, que a Petrobrás deverá apresentar o maior lucro de sua história este ano – algo entre R$ 8 e R$ 10 bilhões. Zylberstajn reiterou, na mesma oportunidade, que a companhia caminha rapidamente para a auto-suficiência de petróleo e, possivelmente, para uma situação excedente.

Essas afirmações do presidente da ANP só vêm reforçar a tese defendida no estudo da AEPET. Isto porque, os 31,7% das ações ordinárias eqüivalem a 18,1% do total das ações (preferenciais + ordinárias). Logo, a venda dessas ações significaria para o país abrir mão de 18,1% de R$ 10 bilhões/ano, ou seja, R$ 1,8 bilhão/ano. E esse era mais um dos argumentos fortes do Senador Álvaro Dias, contrário à venda das ações ordinárias da Petrobrás. Trocando em miúdos: em 5 anos, os compradores das ações recuperariam os R$ 8 bilhões e passariam a lucrar R$ 1,8 bilhão/ano e esse lucro seria crescente com o aumento da produção de petróleo e com o aumento do mercado de combustíveis.

Por que lucros crescentes?

Quando o Congresso flexibilizou o monopólio do petróleo por meio da Lei 9478, de 6 de agosto de 1997, a Petrobrás recebia R$ 0,08/litro de gasolina vendido e era remunerada pelo petróleo que produzia a US$ 8/barril. Atualmente, após ter sido preparada para ser privatizada, recebe R$ 0,43/litro de gasolina vendido e US$ 25/barril de petróleo que produz – afirma o estudo da AEPET.

"Ora, o Brasil caminha a passos largos para a auto-suficiência de petróleo. Produzimos atualmente 1.200.000 barris/dia e pretendemos atingir 1.800.000 barris/dia rapidamente. Há declarações de autoridades do governo FHC de que pretendemos ser exportadores de petróleo. Além disso, o mercado de combustíveis do Brasil continuará crescendo". Isto significa que, considerando o lucro de R$ 10 bilhões projetado para o ano 2000, teremos, dentro de 5 anos, uma Petrobrás com capacidade de lucrar R$ 15 bilhões/ano. E, ai, os donos dos 31,7% das ações ordinárias da Petrobrás (correspondem a 18% do total das ações) que o governo FHC pretende abrir mão estarão remetendo para fora do Brasil R$ 2,7 bilhões/ano (18% de 15 bilhões) na forma de lucros, gerando riquezas e empregos lá fora. Um negócio da China, quer dizer, do Brasil.

Além disso, quando o Congresso Nacional aprovou a Lei do Petróleo, quebrando o monopólio da União, garantiu, ao mesmo tempo, a propriedade a quem explorar o óleo no Brasil. Com isso, transformou a Petrobrás em concessionária na exploração, dando-lhe, em conseqüência, também, a propriedade sobre as nossas reservas, avaliadas em 17 bilhões de barris, volume equivalente a US$ 500 bilhões, a preços internacionais.

Desta forma, vender 1/3 das ações da Petrobrás pelo valor de US$ 8 bilhões representa, a médio prazo, a transferência de US$ 166 bilhões para as empresas trasnacionais, por um preço absurdamente baixo.

A FALÁCIA DA DÍVIDA INTERNA

O argumento do governo de que, com a venda das ações, será possível garantir as metas fiscais, reduzindo a dívida interna, é mera falácia e não resiste a uma análise simples. A maioria dos senadores que mudou o voto contra a venda das ações foi convencida com o argumento de que, com a operação, o Governo arrecadaria R$ 8 bilhões para abater os juros da dívida interna. O senador Luiz Otávio que, no início da reunião, de 23/05/2000, havia declarado seu voto a favor do projeto, mudou de opinião depois de atender ao telefonema do presidente da República e confessou: "vou votar com o presidente diante do apelo e pelas explicações que me foram dadas."

Independente de quais foram as "explicações" de FHC, é importante ficar claro que a dívida interna brasileira, que em 1995 – início do governo FHC – representava cerca de 15% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, hoje chega a mais de 50% do PIB, alcançando a astronômica cifra de R$ 540 bilhões. Segundo dados mais recentes (Fundasp/SP), a dívida interna do país movimenta um serviço anual de cerca de R$ 108 bilhões anuais para amortizá-la. Portanto, é pura hipocrisia do governo querer convencer a sociedade que a venda das ações da Petrobrás por R$ 8 bilhões serviria para amortizar algo expressivo do total dos juros dessa dívida.

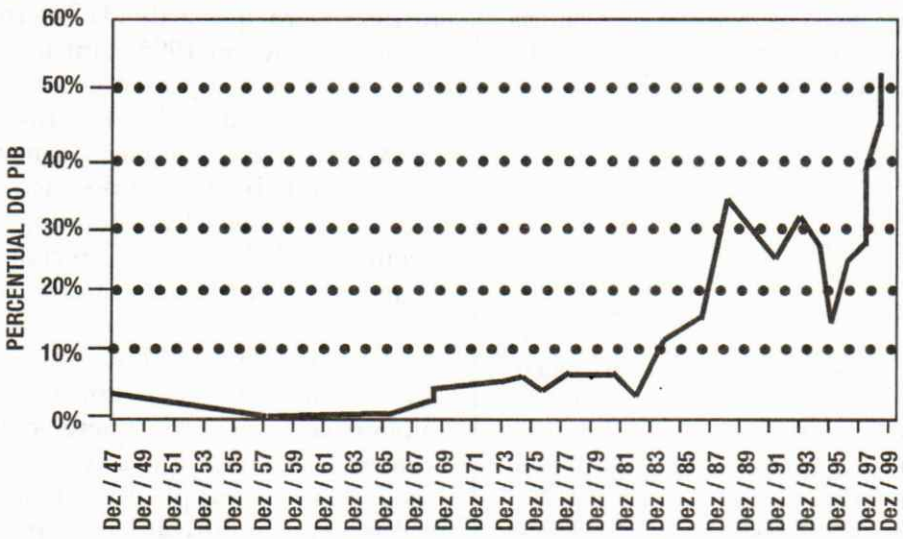
Além disso, falta credibilidade ao governo, devido ao seu Programa de Privatizações, lastreado neste falso argumento da necessidade de reduzir o déficit interno e externo do país. Segundo dados da Folha de São Paulo, as privatizações realizadas na década de 90 renderam aos cofres do governo cerca de US$ 56,2 bilhões com a venda de um patrimônio que

VENDA DE AÇÕES

o próprio governo "avaliou" em US$ 38,3 bilhões. Ou seja, o ganho com a de-sestatização foi de US$ 17,9 bilhões, ao passo que os benefícios concedidos pelo governo federal às empresas compradoras de estatais privatizadas somam US$ 45 bilhões ("moedas podres", financiamentos subsidiados e abatimento de impostos por conta do pagamento de ágio ou de dívidas acumuladas pelas empresas).

O valor, portanto, é maior do que o patrimônio vendido e mais que o dobro do ganho obtido com as desestatizações. Desse total, US$ 20,3 bilhões foram emprestados aos compradores de estatais pelo BNDES, com retorno previsto para 10 anos, a taxas de cerca de 15% ao ano. É bom frisar que não existe nos bancos privados financiamentos a prazos tão longos, e a taxa de juro supera 35% ao ano. Os outros benefícios ("moedas podres") representam US$ 24,7 bilhões.

Assim, a justificativa do governo de que vai receber R$ 8 bilhões pela venda das ações da Petrobrás para reduzir a dívida pública, diante do forte potencial de lucro da empresa e da inexpressiva influência que terá sobre a dívida interna de R$ 540 bilhões, é, no mínimo, digna de ser investigada pelo Congresso e pela justiça. Se o governo fosse descontar esse valor do total da dívida interna, conseguiria reduzi-la em, no máximo, 1,48%. E como ele próprio admite que vai abater juros dessa dívida o efeito será, aproximadamente, "zero", contra um lucro projetado de cerca de R$ 2,7 bilhões/ano, e crescente ao longo dos proxímos anos.



Nunca a dívida interna do país esteve tão alta. Na década de 50 e início da de 60, o perfil da dívida em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) chegou, praticamente, a zerar. No governo FHC, explodiu, saltando de cerca de 15% em 1994 para mais de 50% em dezembro de 99.

Programa **Faixa Livre**

Ouça diariamente de 7h:30min às 9h:00 *Rádio Bandeirantes* 1360 KHz - Am

A crise brasileira e suas soluções em debate!

NOTAS

Homenagem a Alice Tibiriçá

Concorrida solenidade realizada na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no último dia 30 de maio, marcou os 50 anos de falecimento de Alice Tibiriçá – ativista política que participou do movimento "O Petróleo é Nosso" e se destacou por diversas ações desenvolvidas na área de saúde. Mãe da vice-presidente do Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon), Maria Augusta Tibiriçá, Alice notabilizou-se principalmente pela luta em favor dos portadores do Mal de Hansen. Foi de sua autoria, também, a sugestão, encampada pelo então presidente Getúlio Vargas, que deu origem à criação do Dia das Mães. O ex-presidente e atual Conselheiro da AEPET, Ricardo Maranhão, representou a entidade na solenidade. A cerimônia foi presidida pela filha da homenageada, Maria Augusta, e contou com a presença, entre outras personalidades, do presidente em exercício da ABI, José Chamilete, e do Brigadeiro Rui Moreira Lima, presidente da Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAN).

TV Comunitária

A nova diretoria da TV Comunitária **(canal 14 da TV a cabo)**, presidida por Alberto Mejia, tomou posse), no último dia 1° de junho, durante cerimônia realizada na sede do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA). O ex-diretor Cultural da AEPET, Sydney Granja, ocupa a diretoria de Produção da emissora e seu suplente é o atual vice-diretor de Pessoal da entidade, Sérgio Lyra. Ao discursar durante a concorrida solenidade, o conselheiro da Associação de Engenheiros da Petrobrás, Ricardo Ma-ranhão, destacou a existência de um canal independente na chamada mídia eletrônica e sua importância no debate das idéias e na formação da opinião pública.